



11º ENCONTRO ABCP

Associação Brasileira de Ciência Política

AT Eleições e Representação Política

Estado, partidos e composição social: o impacto do estatismo sobre a representatividade social das bancadas federais entre 1946 e 2010

Luiz Domingos Costa

(PUC-PR/Uninter)

Curitiba

julho 2018

Estado, partidos e composição social: o impacto do estatismo sobre a representatividade social das bancadas federais entre 1946 e 2010

Introdução

O exame sistemático da composição social dos partidos políticos já foi realizado para todos os regimes políticos em que os partidos existiram, com competição ampla ou restrita: para o Império (Carvalho, 2003), para a República Velha (Fleischer, 1971; Love & Berickman, 2006), para a República de 1946 (S. S. Braga, 1998; Fleischer, 1981; Miceli, 1991) e para a democracia contemporânea (Costa & Codato, 2013; Mucinhato, 2014) e para recortes de longo prazo que abrangem mais de um sistema partidário (Codato, Costa, Massimo, & Heinz, 2016a; Santos, 2000). No agregado, esta linhagem é bastante abrangente da história da composição social dos diversos partidos do país¹.

O mérito desses trabalhos está na especificação das características dos partidos individualmente, a partir do que sobressai algumas conclusões consagradas, especialmente para aqueles com composição mais marcada, cujas imagens correspondem a arquétipos: a UDN seria o partido da classe média intelectualizada, profissionais liberais e funcionários públicos. O PSD recrutaria seus quadros entre os latifundiários, mas também com forte presença de funcionários públicos e profissionais liberais (Fleischer, 1981; Miceli, 1991). O PTB, por seu turno, “embora fosse chamado ‘o partido dos trabalhadores’, a maioria dos seus representantes era oriunda da classe média e alta; funcionários públicos, jornalistas, advogados e professores”. (Fleischer, 1981, p. 60).

Para o período corrente, o PT ficou conhecido como o partido dos sindicalistas e intelectuais universitários e, posteriormente, de funcionários públicos (Codato, Ferreira, & Costa, 2015; Rodrigues, 1990); ao passo que o PFL/DEM ficou marcado como partido dos empresários e latifundiários. O PMDB ficaria conhecido como o partido de um empresariado de outra cepa,

Entretanto, não se dispõe de uma tentativa de articular a dimensão da variação interpartidária à temporal em um modelo teórico mais robusto. Em outras palavras, a despeito da abundância de análises sobre as bancadas dos regimes específicos, não existe um

¹ Além disso, também estão disponíveis evidências que conectam o período do Estado Novo com os partidos anteriores em alguns estados, como São Paulo (Codato, 2008).

esforço para explicar a evolução macrotemporal, ou seja, as mudanças entre os partidos em e entre regimes. Afinal, por que a composição social varia entre certos partidos e ao longo do tempo? Essa é a pergunta a ser perseguida neste capítulo.

Esta questão pode ter ficado suspensa por conta da instabilidade dos regimes de partidos no Brasil, isto é, as sucessivas alterações nas regras de organização partidária que ocorreram a reboque das mudanças de regime político. De tal forma que a descontinuidade entre o sistema partidário de 1946 para com o de 1965 e deste para com o de 1979-80 representou obstáculo especialmente complicado para mensurar e interpretar a dinâmica da relação entre o sistema partidário e as bases sociais das organizações.

Contudo, por mais que essa descontinuidade tenha efeito importante sobre as clivagens e identidades eleitorais, bem como sobre as estratégias dos competidores, existem muitos motivos para reconhecer um conjunto de elementos de continuidade entre os referidos sistemas partidários². Entre os motivos para tanto reconhecer a continuidade, pode-se apontar: a) as características sócio-demográficas do eleitorado, que não se alteram abruptamente como no caso das regras do jogo político e se movem muito lentamente (Soares 1982); b) a sobrevivência de alguns partidos políticos entre os regimes (caso da continuidade do MDB-PMDB (Melhem, 1998; Pasquarelli & Bizzarro Neto, 2012); e a reedição do PTB; e c) a importância dos remanescentes entre os regimes e as suas sucessivas acomodações partidárias para as ocupações de postos-chave na estrutura parlamentar (Madeira, 2006) ou nos altos cargos do Executivo federal (D'aráujo, 2009).

A questão que se coloca, portanto, é por que e como as características dos representantes mudam entre as famílias ideológicas e ao longo do tempo? As explicações disponíveis podem ser classificadas em três grupos teóricos:

i) *Explicação pela estrutura social e modernização*: as características de classe, étnicas ou regionais da sociedade, ao se alterarem, produzem efeitos sobre o sistema político-partidário, alterando os atributos dos seus membros. As dicotomias rural-urbano ou capital-trabalho são muito frequentes para a caracterização sociológica

² Não é necessário entrar aqui numa polêmica a respeito da existência de mais continuidade ou mais descontinuidade entre os regimes de partidos e seus contornos. O fato é que as duas coisas ocorreram de modo sobrepostos e a opção por enfatizar uma ou outra depende acima de tudo do objeto da discussão. Para afirmações sobre a descontinuidade (Di Tella, 1998; Lamounier & Meneguello, 1986). Para a ênfase na continuidade, conferir (Gláucio Ary Dillon Soares, 1982) e para um apanhado do debate, cf. (Madeira, 2006).

dos filiados e dirigentes partidários, bem como de sua ideologia. Dependendo da velocidade e intensidade das mudanças sociais, os partidos processam tais mudanças de modo mais ou menos automático. Tal enfoque entende que, no caso brasileiro, a velocidade da urbanização provocou rápido declínio dos partidos conservadores (PSD e UDN) que tinham suas bases eleitorais no interior rural e pobre, e fortaleceu o PTB, com base no assalariado urbano, que passou a rivalizar com o PSD no tamanho da bancada na CD³ em 1963 (Soares 1973).

ii) *Explicação pela ideologia de classe*: os programas e as orientações partidárias definem um espaço social de recrutamento de seus quadros.

As pessoas de famílias ricas [...] muito dificilmente procuram, para a sua iniciação na política, partidos considerados de esquerda. A adesão a um desses partidos iria prejudicá-las nas relações com seus círculos sociais e dificultar a sua ascensão na vida pública [...] Partidos de esquerda, de ideologia de valorização formal dos trabalhadores e dos pobres e de programas assistenciais, são os preferidos como porta de entrada para a classe política por diretores de sindicatos, jovens intelectuais em busca de ascensão em outros setores que compõem as camadas superiores das classes médias e instruídas ou das classes populares [...] (Rodrigues 2006, pp 115-116).

iii) *Explicação pela origem e desenvolvimento organizativo do partido*: a origem do partido (se interna ou externa ao Estado) e a sua trajetória indicam os traços dos seus membros e dirigentes, bem com mudanças na relação da organização com o seu ambiente respondem pelas mudanças do seu pessoal (Panebianco, 2005).

As duas primeiras sofrem daquilo que ficou conhecido como “reducionismo sociológico”, pois entendem a questão por meio das estruturas sociais, das quais o partido e o sistema partidário seriam seus reflexos diretos. A primeira explicação tende a subdimensionar o papel da instituição partidária no processamento interno das transformações sociais. A segunda explicação não presume que os partidos são móveis em relação às classes e agendas e, portanto, não se coloca a questão da mudança organizacional que produz mudança nos atributos dos seus membros. A explicação que parece mais adequada e será utilizada é a terceira.

³ O PTB saiu de 7,7% das cadeiras na CD em 1945 para 28,4% em 1962; o PSD, que começou o ciclo com 52,8% e obteve 28,9% das cadeiras em 1962; a UDN declinou de 29% para 22% das cadeiras da CD no seu ciclo de vida. Olhando assim, os ganhos do PTB são equivalentes às perdas do PSD e UDN juntos, próximo a 20% (Schmitt, 2005).

1. Questões, objetivos e hipóteses

Pretendemos explorar a contribuição do sistema partidário e da dinâmica dos partidos em relação ao seu ambiente como dimensões relevantes para o exame das transformações na morfologia social das bancadas das organizações.

Michels foi um dos primeiros a estabelecer relação entre a dinâmica organizacional e os caracteres sociais dos dirigentes partidários (Michels, 1982). Também são conhecidas as afirmações de Duverger sobre a relação entre origem partidária e o seu componente social típico, com partidos de quadros abrangendo os setores mais elitizados e os partidos de massa recrutando nos setores desprovidos de recursos materiais e de *status* (Duverger, 1987). Por fim, a literatura recente destaca que a invasão dos partidos sobre o Estado acarreta mudança sensível em seus quadros, marcado pela acentuada presença de funcionários públicos e especialistas em políticas públicas (Katz & Mair, 1995)⁴.

O debate que relaciona mudança organizacional às mudanças nas bases sociais dos partidos é muito amplo e, grosso modo, está preocupado com mudanças na composição do eleitorado. Na ampla maioria dos trabalhos, bases sociais são entendidas como bases eleitorais. Quando ocorre a desintegração das linhas sociais aos partidos *catch-all* em relação aos partidos de massa, é sobre o universo eleitoral que a análise se debruça. Não obstante, a discussão não perde de vista as conexões entre a mudança sistêmica e a mudança no perfil dos quadros dirigentes dos partidos (Panebianco, 2005). Este é o ponto que interessa aqui.

No Brasil, a história dos partidos foi muito marcada pela sua relação com o Estado, ou, mais especificamente, pelo condicionamento da estrutura estatal sobre o surgimento e desenvolvimento dos partidos. A contribuição seminal de Maria do Carmo Campello de Souza foi crucial para definir uma agenda que, em nosso ver, ainda não foi plenamente exaurida (Souza, 1983).

Em outros termos, sugerimos que o modelo fundacional experimentado pelos partidos em 1945, tal como descrito pela autora, é capaz de explicar parte da relação das elites parlamentares com o Estado, com os partidos e, conseqüentemente, pode lançar luz sobre parte das lacunas a respeito dos padrões do recrutamento legislativo no Brasil.

⁴ O texto clássico de 1995 de Katz e Mair contém diversas ideias interessantes para serem aprofundadas nesse sentido, como, por exemplo, a de que na era do partido cartel a política deixa de ser uma vocação para se transformar numa profissão. Além do mais, as transformações partidárias ocorridas a partir dos anos 1950 são importantes também pelo potencial de alterar o perfil dos dirigentes e representantes partidários.

Retomar o binômio Estado-partidos para o entendimento da composição e transformação dos parlamentares brasileiros oferece ao menos duas vantagens: i) permite situar melhor a dinâmica da demanda do sistema político, isto é, como as regras e padrões de interação entre as instâncias que selecionam, treinam e promovem candidatos está desenhada de uma forma que tende a produzir certos perfis em detrimento de outros (Borchert & Zeiss, 2005); e ii) observar se houve alteração significativa com a passagem de um sistema partidário a outro, tanto na interação entre partidos e Estado como na forma de recrutamento daí resultante. Nesse ponto em específico, a exploração do argumento de Campello de Souza é uma oportunidade para mensurar as mudanças mais longas ocorridas durante o intervalo entre os três regimes e as 18 eleições, examinando o impacto do fator de origem e a inércia exercida pelo regime de 1946.

Cabe repassar a abordagem de Souza a respeito da relação entre os partidos, o Estado e a sociedade. Conforme seu ponto, a literatura anterior se concentrou excessivamente na busca pela relação dos partidos com as classes sociais, invertendo a ordem causal da análise, visto que “a estrutura partidária formou-se em grande medida por decisão governamental, estruturando-se em função de fatores marcadamente conjunturais (anti ou pró-varguismo) e não por clivagens socioeconômicas nítidas [...]” (Souza 1983, p. 41-42). Desse modo, a autora ressalta a necessidade de estudar a relação entre o Estado (entendido como órgão de governo) e o sistema partidário, questionando “a possibilidade de se analisar a função de representação partidária sem o conhecimento do padrão de governo e, portanto, a de se compreender o *'amorfismo'* partidário brasileiro sem nos indagarmos sobre o efeito *diluidor* exercido pelo Estado.” (Idem, p. 42, itálicos meus).

A ênfase que a autora atribuí ao Estado como condicionante do sistema partidário parece ser a chave para compreender as mudanças mais amplas na relação dos partidos com os seus representantes. Desse modo, vamos nos valer das proposições acima para examinar o papel que os partidos exercem no ponto de partida das carreiras dos parlamentares (situando onde elas iniciam) e buscar testar a afirmação de que a origem intra-governamental exerce efeito diluidor da ecologia social das organizações ao longo do tempo.

2. Materiais e métodos

Para operacionalizar essa proposta, utilizamos uma base de dados com informações biográficas (de origem social e carreira política) de 7212 mandatários titulares da Câmara

dos Deputados entre 1946 e 2010, totalizando 18 eleições e abrangendo os três últimos regimes políticos, que foi elaborada a partir dos verbetes do Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro e das biografias dos parlamentares do site da Câmara.

As informações foram agregadas por legislaturas e depois por partidos políticos, de modo que a unidade de análise se torna mais ampla e permite a observação das características sistêmicas e não apenas individuais.

A análise levou em conta duas variáveis básicas. Uma primeira, que figura como uma *proxy* de quão estreita é a relação do partido com o Estado que foi chamada de ‘estatismo’, que foi obtida pela subtração do ano da primeira filiação partidária pelo ano da ocupação do primeiro cargo público (eletivos ou de nomeação). Assim, quando o resultado médio é positivo, significa que o partido foi permeado por indivíduos que foram socializados primeiro no Estado e depois no partido político. Quando o resultado é negativo, significa que a bancada é ocupada por indivíduos previamente treinados nas organizações antes de ingressarem na carreira estatal⁵.

É importante observar que esse indicador padece de algumas limitações, sobretudo porque a dependência dos partidos políticos em relação Estado não se resume à ocupação de cargos eletivos. Existem ainda outras dimensões estatais que são cruciais nos rumos organizacionais, tais como financiamento das atividades partidárias (o fundo partidário), ocupação de cargos de nomeação nas diversas instâncias burocráticas (por meio da patronagem) e, ainda, o acesso aos veículos de comunicação privados de rádio e televisão que decorre do tamanho da bancada na CD. Desse modo, uma medida robusta da dependência do Estado deveria levar em conta o impacto de todos esses itens sobre a organização partidária. Mas esses são dados muito difíceis de serem construídos para esse trabalho, visto que são muitos os partidos extintos e cuja distância no tempo dificulta em muito a compilação das informações.

A despeito da limitação desse constructo, ainda é possível sustentar a sua utilidade. Em primeiro lugar, porque permite mobilizar os caracteres (atributos) individuais como *proxies* dos partidos em relação ao Estado e, destacando o vetor originário, se em uma ou

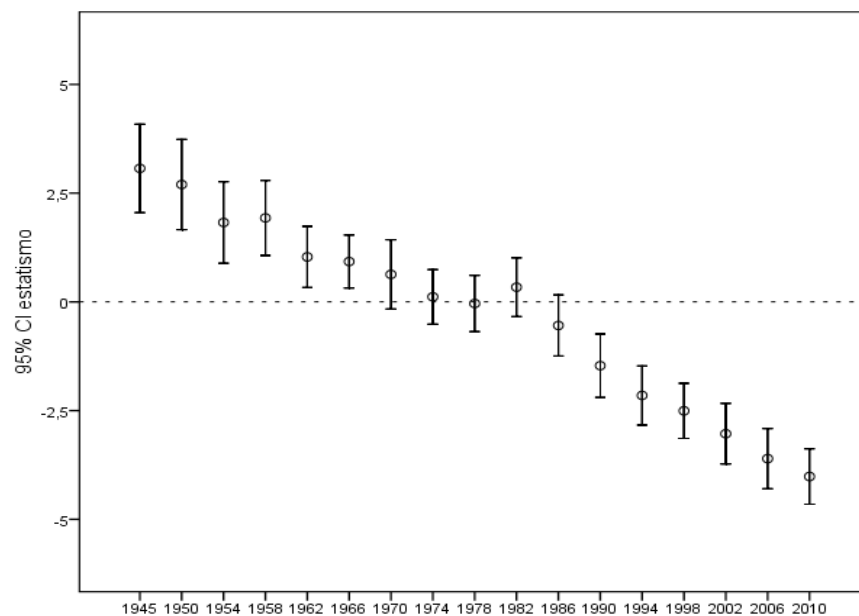
⁵ Estatismo negativo significa que a bancada do partido é ocupada, na média, por indivíduos treinados antes nos partidos e depois em cargos públicos (eletivos ou de nomeação), mas não mensura em qual partido, se no atual ou em outro partido qualquer. Portanto, é possível que o partido conte com indivíduos treinados previamente em outras organizações, ofuscando o aspecto da lealdade/infidelidade partidária (que será aspecto de outra parte da análise).

em outra arena. Em segundo lugar, permite transformar isso em uma perspectiva estrutural ou sistêmica. Quer dizer, convertendo o dado individual em um dado agregado das legislaturas e dos partidos, oferece uma via útil para enquadrar um conjunto amplo de partidos e compará-los entre si e no decorrer dos regimes políticos do intervalo de tempo aqui definido.

E uma segunda variável que é uma *proxy* de diversidade social da bancada partidária e foi feita por meio do Número Efetivo de Ocupações (NEO) de cada partido em cada regime político. O cálculo é idêntico ao do Número Efetivo de Partidos (Laakso & Taagepera, 1979), mas no lugar do percentual da bancada partidária, calculamos o percentual de ocupações de cada partido político. Quando maior o NEO, maior a diversidade ocupacional da bancada. Essa operação foi feita pela primeira vez no estudo de (Mucinhato, 2014) para as legislaturas entre 1986 e 2010, e aqui ela será examinada do ângulo agregado das bancadas partidárias de cada um dos regimes.

3. Resultados

Gráfico 1 - Barra de erro do estatismo por eleição (todos os partidos), 1945-2010



Fonte: Observatório de Elites Políticas e Sociais do Brasil, a partir do DHBB e da Câmara dos Deputados

Do ângulo sistêmico, o quadro apresenta uma evolução muito mais gradativa do que por meio de saltos ou oscilações abruptas. A média do estatismo para o conjunto dos partidos tem tendência decrescente moderada e constante. Apenas nas eleições de 1954 e 1982 a média contraria a tendência anterior, demonstrando leve ascensão, para retomar a tendência declinante na eleição seguinte.

Cabe enfatizar também que a média do estatismo foi positiva (indicando entrada na carreira pelo Estado e depois a filiação partidária) para as eleições entre 1945 e 1974 e passa a ser sempre negativa a partir de 1986. As eleições de 1978 e 1982 indicam uma espécie de transição e demonstram o retorno de parlamentares com maior estatismo, puxando a média para cima em relação à curva.

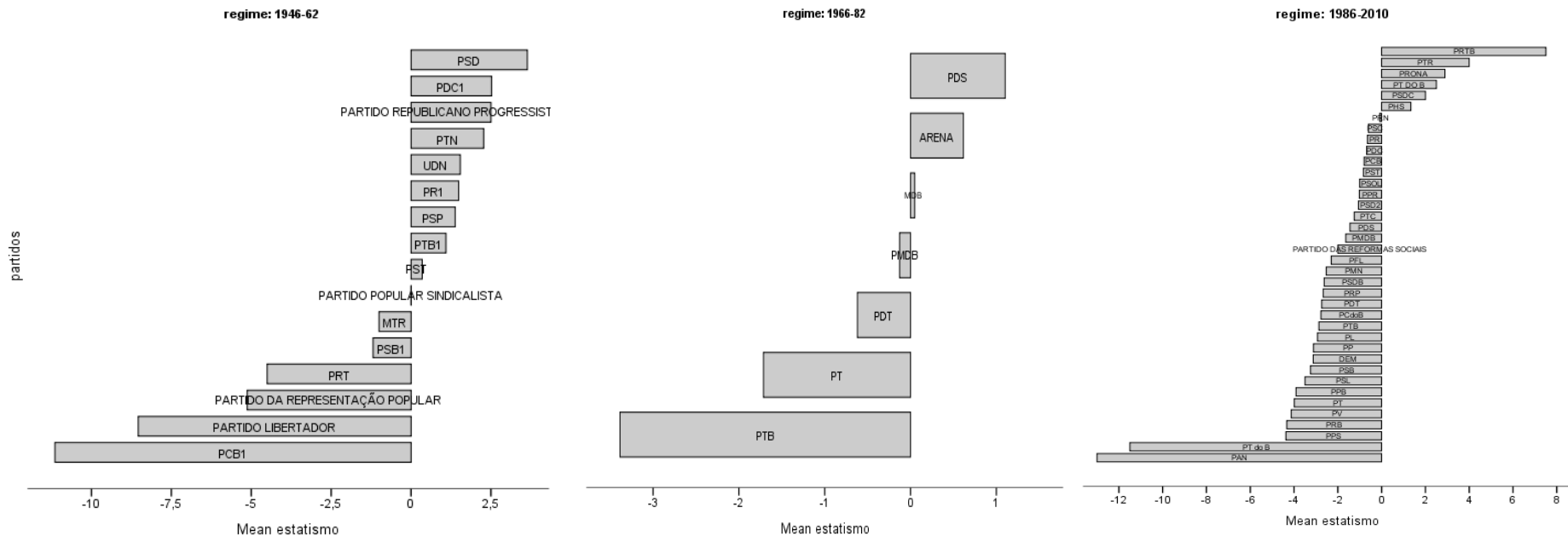
Do ponto de vista agregado, percebe-se um padrão bastante linear de diminuição da entrada para a política pelos cargos públicos. Além do mais, o gráfico indica um recrutamento muito mais adaptativo em relação a essa variável, denotando que não houve uma quebra brusca e que a perda da centralidade do Estado como porta de entrada para a carreira não se desfez de uma hora para a outra, ainda que a queda no último ciclo tenha sido ligeiramente mais acentuada do que para o restante da série.

O gráfico parece indicar que os partidos políticos adquiriram muito mais centralidade como celeiro de parlamentares, com o passar do tempo. Mas duas ressalvas devem oferecer uma dose de prudência a essa interpretação: existe importante variação interna aí dentro (indicada pelos bigodes das barras) e, além disso, a centralidade dos partidos para ocupação de cargos pode não representar a centralidade para o estabelecimento de lealdades partidárias. Em outros termos, a diminuição do estatismo pode indicar que os partidos passaram a controlar mais o acesso aos cargos de nomeação e isso parece impactar positivamente em maior controle como entrada para os cargos eletivos. Isso não quer dizer, por outro lado, que os partidos exercem controle absoluto sobre o processo de recrutamento parlamentar, por meio de métodos endógenos e verticais de seleção de seus candidatos. Portanto, uma coisa é o partido como celeiro de representantes, outra coisa é o partido como refúgio para a legislação ou para o acesso aos recursos eleitorais estratégicos providos pelo Estado. Essa distinção será melhor explorada no Capítulo 3.

No Gráfico 5 vimos que o estatismo tem elevada amplitude do ponto de vista longitudinal. Cabe explorar se a mesma amplitude se verifica quando colocamos a ênfase sobre os partidos individualmente, como no Gráfico 6 a seguir. De fato, olhando a

distribuição do indicador, há extrema variação entre as siglas, tanto na comparação intra-regimes, mas sobretudo na comparação entre regimes, corroborando a tendência geral de queda do estatismo ao longo dos três ciclos políticos.

Gráfico 2 - Estatismo médio dos partidos conforme o regime político, CD, 1946-2010



Fonte: Observatório de Elites Políticas e Sociais do Brasil (UFPR), a partir do DHBB e Câmara dos Deputados.

No regime de 1946 a maioria dos partidos, especialmente aqueles que dominaram a política no período (PSD, UDN, PTB, PSP, PR), apresentam estatismo positivo e alto; inclusive o PTB, demonstrando que o seu lastro com o trabalhismo era muito mais dependente da estrutura estatal do que de uma estrutura externa⁶. Nesse regime, apenas os partidos marginais (MTR, PSB, PRT, PRP, PL e PCB) demonstraram estatismo negativo, isto é, com entrada principal pela agremiação antes da chegada à CD.

No período da Ditadura Militar (até 1982), o PDS e a ARENA contaram com quadros recrutados em cargos estatais antes do seu *debut*. Embora o MDB também tenha pontuado positivamente, o valor é bastante baixo perante os dois anteriores e está mais próximo do PMDB, que é ligeiramente negativo. A proximidade do MDB em relação ao seu sucessor dá uma boa indicação do processo de substituição por camadas dos representantes dos partidos tradicionais, ou seja, a renovação dos quadros se dá sempre parcialmente, acompanhada da recondução de parlamentares com atuação pregressa (e perfil típico do regime anterior), mesclando parlamentares com perfil renovado e cuja iniciação política se deu primordialmente no partido, invertendo aquele padrão original. No período 1964-1982, as bancadas do PTB, PT e do PDT contribuem para elevar [acentuar] a presença de parlamentares que foram treinados nas siglas antes da chegada aos cargos estatais e à CD, todos com estatismo negativo.

O sistema partidário compreendido entre 1986 e 2010 é aquele que apresenta maior fragmentação de legendas e também aquele no qual o estatismo é negativo para a maioria dos partidos. Aqui, apenas PRTB, PTR, PRONA, PTdoB, PSDC e PHS ficaram com a média positiva e elegeram bancadas com representantes iniciados na carreira estatal antes do ingresso na vida partidária. Embora esses sejam partidos com bancadas pequenas e que permeiam as franjas do sistema partidário, não deixa de ser sintomático que exibam

⁶ Olhando o perfil das lideranças de proa do PTB pode-se perceber o caráter difuso e heterogêneo do seu recrutamento. Leonel Brizola, por exemplo, se filiou ao partido após cinco anos de experiência em cargo de nomeação em Porto Alegre. João Goulart, por sua vez, guinou de pecuarista a dirigente partidário: se filiou ao partido em 1945 e se elegeu deputado estadual em 1946, tendo um ano de intensa experiência na organização de diretórios municipais do partido. Já Almino Afonso, que foi líder do partido na Câmara em 1961 e Ministro do Trabalho em 1963, ingressou na política pelo PSB, se elegeu deputado federal do Amazonas pelo PST a pedido de Ivete Vargas do PTB-SP e, além de tudo, manteve fortes relações com o janismo e membros do PTN. É possível afirmar que, quase como regra, a atuação partidária era geminada com os cargos públicos, quando não posterior. Isso não surpreende, pois em partidos criados praticamente do zero e de dentro do Estado, o desenvolvimento partidário não se desvincula das atividades eleitorais e da administração pública nos diversos níveis. Essa descrição histórica reforça a tese de Campello de Souza.

estatismo positivo em ambiente já favorável ao declínio desse comportamento por parte da maioria das siglas.

Todos os demais partidos apresentaram estatismo negativo, mas a sua variedade também é considerável. Podemos separar em dois subgrupos: aqueles com estatismo entre 0 e -2 e aqueles com estatismo acima de -2. No primeiro grupo estão PSC, PR, PDC, PCB, PST, PSOL, PPR, PSD e PTC e compõem um tipo de partidos com estatismo negativo moderado, guardando quadros cujo ingresso na carreira se deu por cargos políticos ao lado de outros com ingresso pelo partido mas que, na média, ficaram com estatismo negativo. O segundo grupo é composto por todos os partidos políticos mais relevantes da atual democracia, abarcando aqueles com as maiores bancadas ou com maior lastro histórico desde a transição: PMDB, PFL/DEM, PSDB, PDT, PCdoB, PTB, PL, PP, PSB, PSL, PT, PPB, PV, PRB e PPS. Comparando com o grupo anterior (partidos com estatismo entre 0 e -2), percebe-se que o partidário do ingresso na carreira é mais acentuado justamente nos partidos mais importantes do pluripartidarismo pós 1980 e que, portanto, o fenômeno adquire maior relevância analítica.

Os dados apontam que a descontinuidade dos sistemas partidários não acarretou interrupção no curso da entronização do partido como porta de entrada ao Estado durante o período aqui abordado. Desse ponto de vista, 1945 pode ser considerado o ponto de partida de um processo que não sofreu reversão em 1964 e nem tampouco em 1979 e que continuou ao longo da democracia corrente, qual seja, o processo de partidarização da entrada no universo político (ou, em outras palavras, o partido como *locus* básico de passagem antes da obtenção de um cargo público).

Esta conclusão não significa necessariamente que o partido se tornou um recurso autossuficiente como insumo de entrada na carreira política. Pode ser, inclusive, uma alteração de ordem dos fatores (partido → Estado) mais formal do que de prioridade estratégica. De resto, pode estar em andamento um processo que inverte a ordem da carreira sem prescindir dos recursos estatais (e dificilmente pode-se prescindir hoje em dia), quer dizer, pode ser que os aspirantes a uma carreira eletiva ingressem no partido e passem a manusear recursos estatais significativos, quase que *pari-passu*, como fenômenos coextensivos. Trata-se de uma questão de extrema importância e ainda carente de exame sistemático. Na atualidade, parece ponto pacífico que o indivíduo interessado

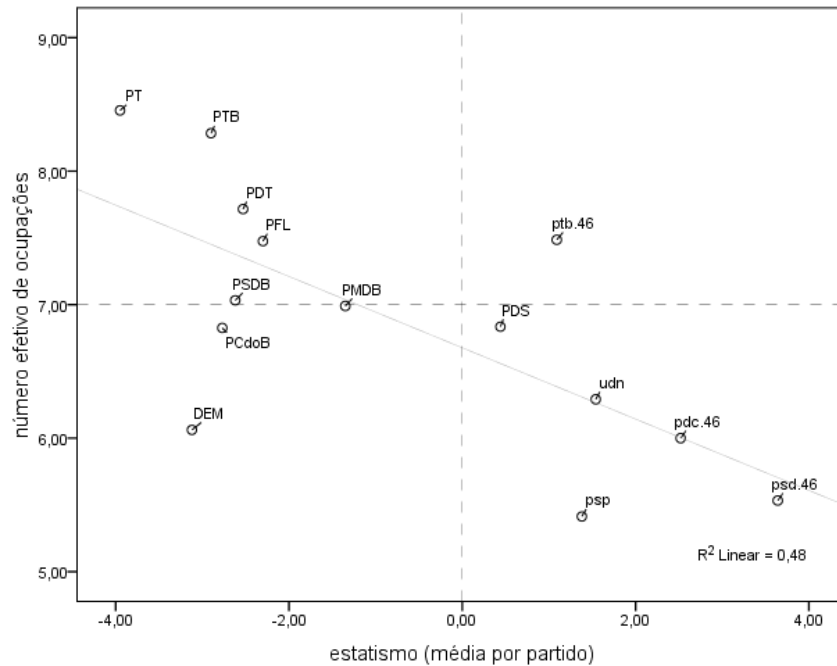
numa carreira política saiba que a sua chance depende de um partido sem que isso represente a adesão e o trabalho ao partido como uma comunidade de fato, em si mesma.

A evidência desse capítulo permite adicionar mais uma peça ao quebra cabeça que relaciona os partidos políticos com o recrutamento para o legislativo federal:

- a) Partidos são anteriores à entrada na carreira eletiva ou de nomeação;
- b) Partidos grandes oferecem maiores chances de sucesso eleitoral para a CD;
- c) Partidos exibem baixa lealdade e convivem em um ambiente de elevada migração e, portanto, não são organizações capazes de controlar de dentro o recrutamento;
- d) A fragmentação partidária parece um subproduto das regras e decisões jurídicas sobre a competição política, mas que tem um efeito vicioso sobre o recrutamento: produz maior campo para a defecção e migração e, conseqüentemente, maior território para o *free rider*, para o empreendedor político autônomo e que não conhece controle sobre a sua atuação, nem mesmo da sua base, posto que ela é fluída em M muito alto.

Como vemos, são sinais ambíguos e denotam tendências de longo prazo que são muito pouco compatíveis com um sistema institucionalizado. Entretanto, não se pode apontar, no longo prazo, para uma avaliação categoricamente pessimista.

Gráfico 3 - Dispersão do número médio de ocupações e estatismo dos principais partidos, CD, 1946-2010



Fonte: Observatório de Elites Políticas e Sociais do Brasil, a partir do DHBB e da Câmara dos Deputados

Optou-se por uma seleção daqueles partidos com maior relevância, visto que muitos partidos, por seu número reduzido de parlamentares ou existência pontual no tempo, prejudicam demais a identificação de padrões.

O $R^2 = 0,48$ indica que a variável estatismo é capaz de explicar 48% da variação do Número Efetivo de Ocupações. Assim, existe uma relação negativa e relativamente forte entre estatismo e diversidade ocupacional: quanto maior o estatismo da agremiação, maior a homogeneidade ocupacional de sua bancada. Na outra ponta, quanto menor o estatismo, maior a fragmentação ocupacional das bancadas. Parece uma evidência sólida o suficiente para corroborar a afirmação de Campello de Souza a respeito do papel diluidor exercido pelo Estado sobre os partidos políticos e a sua capacidade de expressar a diversidade e sociais.

O Gráfico permite visualizar que o quadrante inferior direito abriga os partidos do Regime de 1946, além do PDS e são os que existem alto estatismo e baixa diversidade ocupacional. Ainda assim, existem diferenças relevantes no seu interior: enquanto PSD é o mais estatista em toda a amostra, ele se aproxima do Número Efetivo de Ocupações do

PSP, ambos próximos a 5,5. A UDN apresenta maior diversidade sócio-ocupacional que os demais de centro e direita do primeiro ciclo democrático, embora próxima do estatismo de PSP e PTB. Este, por sua vez, destoa significativamente, apresentando a maior fragmentação ocupacional desse período e se aproximando da diversidade que marcará o próximo ciclo democrático.

À esquerda encontram-se os partidos políticos contemporâneos, todos com estatismo negativo – isto é, quando a filiação partidária precede a ocupação de cargo no Estado – mas com NEO disperso entre os quadrantes inferiores e superiores. Percebe-se que a diversidade que marca o PT se aproxima daquela do PTB. Já PSDB e PMDB estão próximos da linha que divide os quadrantes superiores e inferiores, ao passo que PCdoB e DEM apresentam maior homogeneidade.

Existem casos discrepantes que desafiam a robustez da associação apresentada no Gráfico 7 (acima). O PTB de 1946, com alto estatismo e alta diversidade ocupacional, e o DEM, com baixo estatismo e baixa diversidade ocupacional, contrariam os padrões e prejudicam a uniformidade da hipótese sugerida. Igualmente desconcertante é que, para os partidos da atualidade, a distância do estatismo entre as organizações se reduz muito ao passo que a sua heterogeneidade social aumenta. Para siglas centrais do pluripartidarismo corrente, tais como PTB, PDT, PFL, PSDB, PCdoB e DEM, o estatismo oscila entre -2 e -3, ao passo que o NEO desses mesmos partidos varia entre 6 e 8,3. Esta constatação, representada pela dispersão vertical na parte esquerda pode ser um indicativo de que a relação entre ingresso pelo Estado e diversidade social perde força com o passar do tempo.

De forma geral, existem muitos outros fatores que podem incidir sobre a variedade social de uma sigla no parlamento, desde as mais estruturais, como a difusão do acesso ao ensino e especialização do mercado de trabalho; até as mais técnicas, como o mecanismo eleitoral e a montagem das listas. Nesse sentido, o impacto da representação proporcional de lista aberta aparece como uma incógnita, pela falta de estudos comparativos, pois seria intuitivo que ela enfraquecesse a dinâmica da convergência, pois permite maior porosidade nas listas aos *outsiders* sociais.

Além do mais, outras variáveis atinentes à estrutura partidária devem exercer impacto sobre a abertura/heterogeneidade ou o fechamento/homogeneidade da face pública do partido. Por exemplo, partidos com montagem das listas mais descentralizada

e maior permeabilidade das elites locais tendem a contar com mais empresários do que partidos com listas definidas pelo centro da cúpula nacional. O município sempre é mais permeável a lideranças empresariais ou fracamente experimentadas. Por outro lado, partidos com maior poder do *central-office* sobre a definição da lista eleitoral tendem a priorizar aqueles com carreira partidária e que, normalmente, são dominadas por profissionais liberais e funcionários públicos.

Entretanto, a relação apresentada no gráfico está amparada na teoria da convergência: a aproximação do partido em relação ao Estado exerce efeito homogeneizante sobre o perfil dos representantes, seja porque o partido fornece quadros treinados nas arenas públicas, seja porque a própria oligarquização dos quadros tende a borrar as origens sociais e produzir novas identidades ocupacionais.

Desde modo, se no caso dos países da Europa Ocidental o processo foi das pontas (empresários e trabalhadores) para o centro (profissionais liberais e funcionários públicos), aqui parece ter ocorrido o caminho inverso: do Estado (e suas quadros convencionais) para as pontas, trabalhadores, professores e empresários. Sintetizando, pode-se afirmar que quanto mais fortes as atividades de governo do partido e de seus quadros, maior a tendência ao recrutamento no setor público e nas ocupações de colarinho branco.

Essas afirmações exigem outros desdobramentos de pesquisa. No que se refere à teoria, a extensão do fenômeno pode ser melhor avaliada por meio da comparação de partidos em regimes parlamentaristas e presidencialistas, ou com mecanismos eleitorais diferentes. Como a cartelização depende dessas variáveis, a generalidade da relação entre dependência estatal e homogeneidade sócio-ocupacional pode sofrer estar condicionada por essas variáveis. No que se refere ao caso do Brasil, os baixos custos de entrada de um partido na Câmara podem facilitar que novos atores organizados e com perfil inusual ingressem na elite política, seja por um partido recém-criado ou por meio da carona em partidos estabelecidos.

3.1. O Estado, mas não só...

Um desdobramento lógico da hipótese de Campello Souza é o de que se o Estado é capaz de reduzir a representatividade dos partidos, a proximidade da sociedade pode ser um fator que contribuí para a abertura sócio-ocupacional dos partidos e do sistema

partidário. Assim, quanto mais próximas da sociedade, maior a variedade e a diversidade social das bancadas partidárias. Trata-se de uma inversão lógica do raciocínio: partidos com origens mais próximas das organizações civis tendem a produzir mais pluralidade socioeconômica no interior de suas bancadas, assim como a aproximação da sociedade (independentemente da origem) pode produzir efeito semelhante, embora de forma mais moderada. Novamente, as referências aqui se apoiam na literatura clássica sobre partidos políticos. Incorpora a afirmação canônica de Duverger segundo a qual a origem junto à sociedade civil promove atores de baixo *status* social (proporcionada pela coextensão dos líderes sindicais e partidários). Mas, ao mesmo tempo, não torna essa ideia uma camisa força, um determinismo. É possível que as organizações com origem interna estabeleçam elos com as organizações civis e o seu contrário, que partidos com origem externa e de baixo status produzam deslocamentos organizacionais em relação a essas matrizes (Katz e Mair).

Se o raciocínio for correto, a questão passa a ser como medir proximidade em relação à sociedade civil. A opção encontrada consiste em medir os vínculos associativos dos deputados federais e transforma-los em uma *proxy* de vínculos sociais dos partidos, vistos do ângulo de suas bancadas.

O estudo do associativismo da elite, convertida em um indicador do grau de societalismo partidário tem um viés claro ao observar o fenômeno apenas por meio da sua face pública, visto que tais vínculos podem ter um caráter puramente oportunista, seja do ponto de vista dos entes da sociedade civil ou do próprio parlamentar individualmente. Não obstante, oferece uma saída para o problema colocado para a tese como um todo, qual seja, a busca por uma comparação de muitos partidos em período histórico extenso.

Por outro lado, utilizar o associativismo do parlamentar como medida de suas relações com as organizações civis e estendê-lo como indicador de laços sociais dos partidos pode apresentar algumas vantagens adicionais.

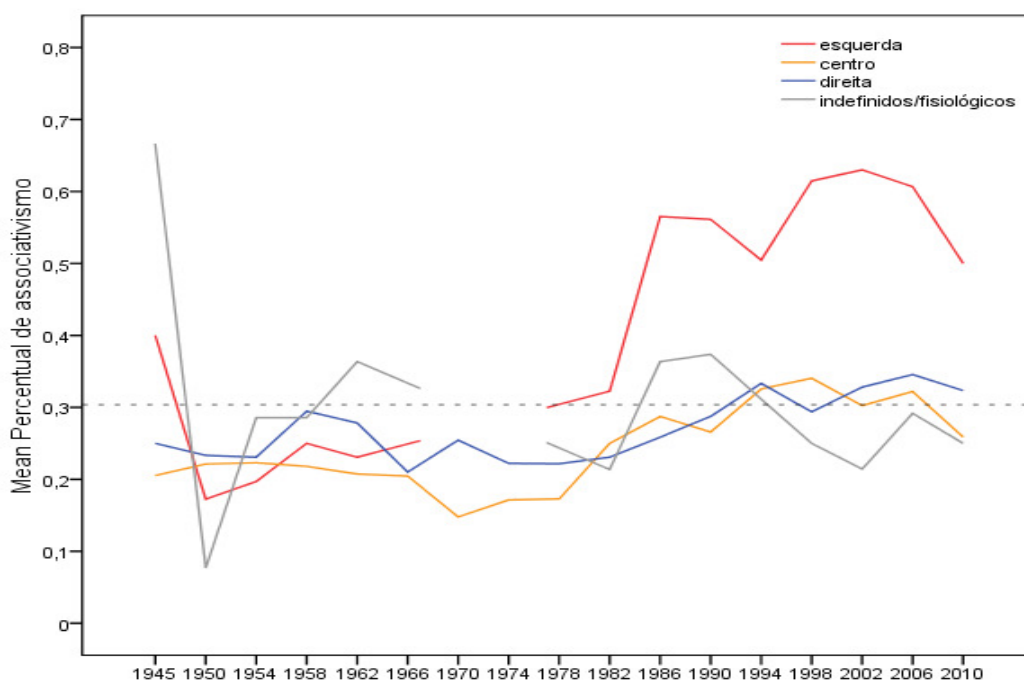
Em primeiro lugar, identificar as conexões associativas da elite parlamentar permite ampliar a compreensão da carreira política, na medida em que observa o seu surgimento prévio ao ingresso nos cargos públicos, evitando uma percepção de que os políticos se formam de modo espontâneo. Em segundo lugar, oferece um ângulo para observar a dinâmica partidária em relação ao seu ambiente social externo, recolocando a dimensão da estrutura social de modo menos esquemático que nas análises da sociologia

da política nos termos de Sartori (1972). De resto, parece inegável que a estrutura socioeconômica e o mercado de trabalho são vetores cruciais do desenvolvimento das organizações partidárias e que merece ser examinado/investigado, desde que levando em conta a mediação exercida pelo partido. Essas parecem ser peças-chave de análises partidárias clássicas como a do partido *catch-all* (Kirchheimer, 2012; Krouwel, 2003).

A primeira informação relevante a esse respeito está na descrição da evolução do percentual de associativismo dos deputados federais por ideologia, conforme o Gráfico 8. Na média agregada para todas as siglas, entre 1978 e 2006 os percentuais dobraram (20% para 40%), apontando para um cenário de maior sinergia entre representantes formais e a sociedade civil no decorrer da democratização recente.

, onde se vê um notável aumento do percentual de deputados que apresentaram experiência em organizações a partir das eleições de 1986, fato que se amplia e se confirma para as eleições seguintes.

Gráfico 4 - Associativismo dos deputados federais conforme a ideologia, CD, 1945-2010



Fonte: Observatório de Elites Políticas e Sociais do Brasil, a partir do DHBB e da Câmara dos Deputados

Se a década e 1970 conhece um momento de forte expansão⁷ da sociedade civil (Avritzer, 2012; W. G. dos Santos, 1992), o seu impacto sobre os partidos parece relativamente rápido, pois se manifesta a partir da eleição dos parlamentares constituintes e se mantém estável, denotando uma espécie de fixação da relação entre organizações partidárias e organizações civis, ao menos para cerca de 40% dos representantes a partir de então.

O crescimento do associativismo no campo da esquerda triplicou (20% para 60%) ao longo de todo o intervalo, ao passo que no campo da direita a variação positiva tenha sido de 10% no máximo. O centro sofreu refluxo importante durante o ciclo autoritário (provavelmente em função das cassações e da militância clandestina avessa à política eleitoral), mas se equiparou aos valores médios da direita após a Constituinte de 1988.

O contraste entre as curvas dos partidos de direita, centro ou indefinidos, por um lado, e a curva dos partidos de esquerda, por outro, revela alguns traços importantes da relação do sistema partidário brasileiro com a sociedade civil. Em primeiro lugar, parece que o padrão de relacionamento com os atores coletivos extra-estatais não se alterou para os partidos de perfil mais tradicional, ficando circunscrito aos partidos da esquerda. Trata-se de indicativo de que o encontro dos partidos com a sociedade parece ter ocorrido apenas no flanco que se originou efetivamente a partir do desmantelamento [e fora] do bipartidarismo. Neste quesito, o PT e seus satélites surgem como uma inovação organizacional. Os demais, herdeiros diretos ou indiretos da ARENA e do MDB, não foram capazes de realizar amplo trabalho junto à sociedade civil então em expansão. Parece patente, portanto, que a mobilização associativa tem se limitado aos partidos com origem externa ao Estado, porquanto os partidos com DNA estatista não se perfilaram junto aos novos atores civis.

De um ponto de vista da relação entre esse fenômeno com o desempenho eleitoral, se a esquerda cresceu e construiu bancadas relevantes, disputando o protagonismo que tiveram PFL, PMDB e PSDB ao longo dos anos 1990, esse crescimento

⁷ O debate sobre o nascimento ou expansão da sociedade civil no Brasil na década de 1970 é bastante relevante a respeito do perfil das organizações consideradas (Lavalle & Szwako, 2015). A ocorrência de associativismo em torno de 20% para o período 1945-1980 é bastante sugestiva de que o fenômeno, embora minoritário, não tenha sido residual. De qualquer modo, a ampliação dos laços entre a face pública dos partidos e as entidades civis foi substantiva a partir da transição democrática.

não chegou a alterar o tipo de recurso privilegiado por essas organizações. Isto é, não houve ameaça severa a ponto de os partidos de origem interna e tradição centrada em cargos se inclinarem de modo organizado para fora do Estado, realizando a mobilização do tipo societária. Esse fenômeno está de acordo com a teoria que afirma que os partidos internamente mobilizados tendem a não alterar seus padrões históricos de adesão⁸, evitando uma espiral de organização em massa se puderem controlar a força dos rivais por meio da contenção, repressão ou cisão (Shefter, 1994). Trata-se de uma trilha promissora, pois existem muitas proposições de que as reestruturações do sistema partidário, sejam elas abruptas ou incrementais, obedeceram algum tipo casuísmo para conter o avanço dos partidos com mobilização externa latente ou manifesta⁹. Além disso, fatores sistêmicos parecem operar a favor da trajetória que aproxima os partidos do Estado: as coligações, o tempo de TV e o fundo partidário que induzem à fragmentação tem como uma das suas consequências o incremento das bancadas com perfil mais tradicional.

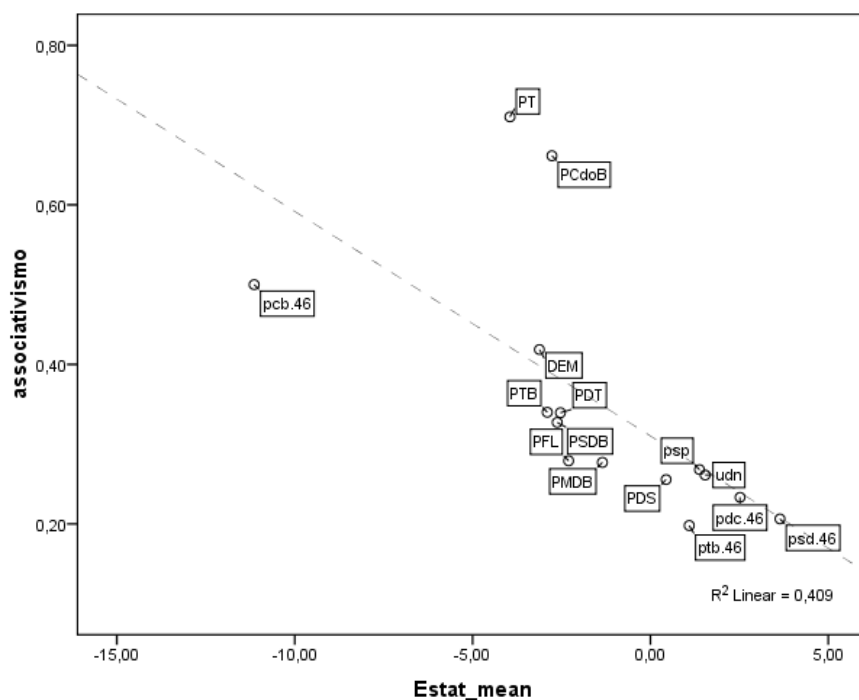
Esse achado é reforçado pelo gráfico de dispersão entre associativismo e estatismo. Parece haver uma relação linear e negativa para o conjunto dos partidos selecionados, mas PCB (apenas eleição de 1945), PT e PCdoB destoam bastante do padrão verificado para o restante dos partidos.

Para os partidos do ciclo democrático de 1946 e também o PDS, o estatismo positivo é acompanhado de taxas modestas de associativismo (20 e 30%).

⁸ Essa proposição está de acordo com o achado do capítulo anterior que demonstrou que os partidos de centro e direita não alteraram a sua composição social dominante em direção à entrada de novos perfis ocupacionais; ficando restrita aos partidos de esquerda após o pluripartidarismo iniciado em 1980.

⁹ Isto parece válido para a cassação do PCB em 1947, para o AI-2, para o Pacote de Abril de 1977 (que fechou o Congresso e impôs os senadores biônicos), para a Lei Federal n° 6.767, de 20 de dezembro de 1979 (restabeleceu o pluripartidarismo) e também, em situação política diferente, para a decisões contra-majoritárias do STF (ADIs 1351 e 1354 e ADI-4430) justamente no período de expansão do Partido dos Trabalhadores.

Gráfico 5 - Dispersão do associativismo e estatismo dos principais partidos, CD, 1946-2010



Fonte: Observatório de Elites Políticas e Sociais do Brasil, a partir do DHBB e da Câmara dos Deputados.

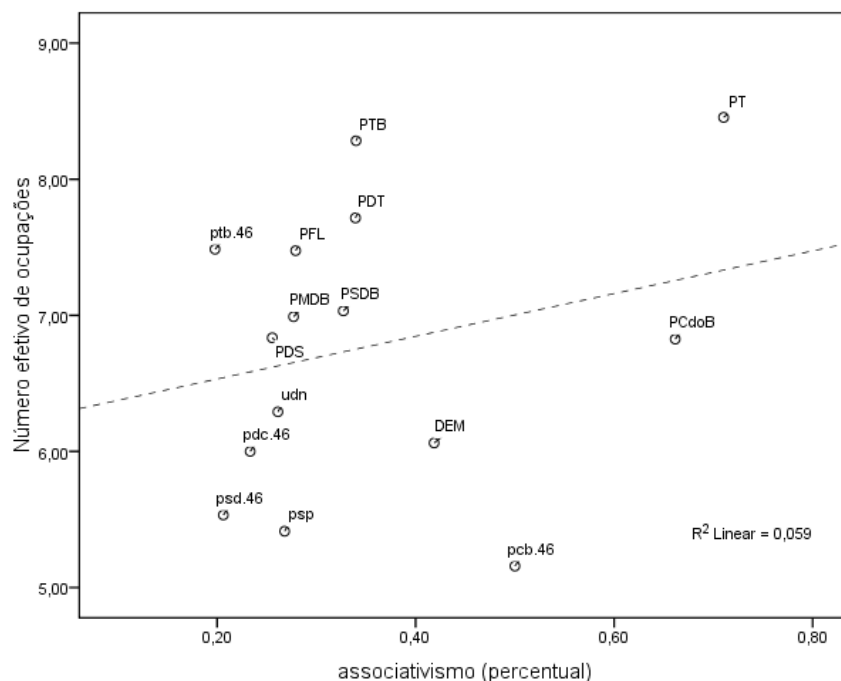
Já para último ciclo pluripartidário, encontramos partidos empilhados na faixa de -2 a -4 de estatismo. Dentre esses, DEM, PDSB, PMDB, PDT e PTB têm moderado em seus vínculos associativos, entre 30 e 40%. Ainda no grupo com estatismo entre -2 e -4 é possível localizar PCdoB e PT, com suas bancadas mantendo cerca de 70% de vínculos com a sociedade civil. A proximidade das posições do PCdoB e do PT revelam traços comuns de uma origem externa muito marcada¹⁰ e, portanto, com laços fortes perante as organizações civis.

Por último, o Partido Comunista (PCB) é um *outlier* em relação à dimensão do estatismo, pois com -11 indica que a sua bancada foi eleita com média de 11 anos de experiência partidária prévia ao ingresso em cargos públicos, muito embora a sua bancada tenha se resumido a apenas uma eleição, até a sua cassação em 1947.

¹⁰ Sobre o PT ver Meneguello (1989) e Ribeiro (2008); sobre o PCdoB, ver Sales (2008).

Resta saber ainda se o associativismo exerce impacto sobre o pluralismo sócio-ocupacional, como aventado no início deste item. A expectativa teórica é de que a inserção dos partidos junto às organizações de classe, sindicatos, ONGs e movimentos sociais contribui para mitigar aquele padrão de recrutamento próprio da origem partidária interna, qual seja, de colarinhos branco, profissionais liberais e funcionários públicos. O Gráfico 10 expõe essa relação e demonstra que a expectativa não foi confirmada por meio do exame dos principais partidos dos dois regimes pluripartidários ($R^2 = ,058$). A relação só se confirma para casos isolados, PSD, PSP, PDC e UDN no canto inferior esquerdo e o PT no canto superior direito¹¹.

Gráfico 6 - Dispersão do associativismo e do Número Efetivo de Ocupações dos principais partidos, CD, 1946-2010



Fonte: Observatório de Elites Políticas e Sociais do Brasil, a partir do DHBB e da Câmara dos Deputados.

¹¹ O PCB que só pode atuar na bancada de 1946 tem baixa diversidade ocupacional, embora conte com associativismo em torno de 50%. A homogeneidade social aqui pode ser efeito do baixo número de sua única bancada eleita ($n = 14$), já que o cálculo do número efetivo de ocupações pode ter resultado em valor baixo.

A fragilidade da associação resultou do associativismo extremamente homogêneo para boa parte das siglas PDS, PMDB, PSDB, PFL, PDT, PTB e ptb.⁴⁶ (além das mencionadas no parágrafo anterior). Dito de outra forma, o associativismo não é um preditor consistente para a heterogeneidade social dos dois sistemas pluripartidários no caso brasileiro, porque existe muito mais contraste, sobretudo no atual sistema partidário, entre o NEO das legendas em face de um comportamento muito estático das taxas de associativismo.

À guisa de um balanço, os dados evidenciaram a existência de associação negativa e moderada entre estatismo e diversidade ocupacional e entre estatismo e associativismo, relação que não se confirmou para o par associativismo e diversidade ocupacional. Provavelmente isto se dê porque o desenvolvimento do associativismo é condicionado pela origem estatal (como demonstrado) e que, portanto, exerce efeito muito baixo sobre a ecologia social do sistema partidário brasileiro, amplamente amparado nas hostes estatais. Assim, estatismo e associativismo não são dois polos de um *continuum* ou não se comportam de modo dicotômico. Trata-se de relação mais complexa: no nível comparado, o estatismo emerge como um fator de afastamento em relação à sociedade. No nível intra-partidário, todavia, pode ocorrer a sobreposição da esfera estatal e societal no interior da organização, como é caso do PT (Amaral, 2011; Ribeiro, 2008). E esta constatação não significa uma contradição da análise, pois o deslocamento de baixo para cima, da sociedade para o Estado, é uma resposta a pressões ambientais de um sistema amplamente dependente do Estado (Ribeiro, 2008). O contrário, no entanto, não se aplica, pois não há indícios de deslocamento de cima para baixo, do Estado para a sociedade.

Contudo, o Gráfico 7 demonstrou que a correlação entre estatismo e o Número Efetivo de ocupações perde força para os partidos do último ciclo político, i.e., experiência pós-ditadura. Nesse sentido, o estatismo demonstrou mais correlação com o NEO na análise entre os regimes do que no interior do mesmo regime. Como explicar esse fato? A resposta parece ser a de que a relação entre estatismo e diversidade social está limitada a grandes contrastes de recrutamento em longo prazo. Quando o recrutamento por meio dos partidos se impõe, o estatismo cai e a partir daí outros fatores tendem a contribuir para a variedade social das bancadas.

Cabe ainda uma discussão mais ampla sobre institucionalização partidária. Conforme a teoria mobilizada, a equação é a seguinte: estabilidade da competição

partidária leva à institucionalização, que leva à profissionalização dos representantes, cuja consequência final é a convergência (Pedersen, 2000).

A proposição sustenta que o atributo final da convergência (recrutamento compactado nas ocupações de classe média) se associa positivamente à forte relação do partido com o Estado. O caso brasileiro parece se distanciar da teoria da institucionalização como construída para os casos da Europa Ocidental, pois a inexistência da estabilidade partidária não constituiu obstáculo à convergência. A afirmação de Scott Mainwaring de que a abordagem da clivagem social (Lipset e Rokkan) é inadequada para o estudo dos partidos latino-americanos e da terceira onda (Mainwaring, 1999, p. 4) parece ecoar fundo aqui: se os partidos não se formam de cima para baixo e se o papel do Estado exerce força precoce, então toda a equação acima está comprometida. Entretanto, Mainwaring aconselha que se dê mais atenção para a capacidade do Estado de estruturar e reestruturar o sistema partidário de cima e aqui adicionamos que essa capacidade tem como um subproduto o perfil das elites representativas. Nestes termos, a teoria da institucionalização precisa dar mais peso ao problema da diversidade de origem, pois “theories of party system formation have not paid sufficient attention to the state and political elites” (idem).

4. Discussão

O capítulo adaptou a hipótese de Maria do Carmo Campello de Souza sobre a relação entre origem estatal e diluição das diferenças partidárias, especificamente no que tange à sua capacidade de representar as clivagens sociais. Mantendo-se o suposto da autora segundo o qual o Estado exerce efeito integrativo sobre a dinâmica social subjacente ao partido, a operacionalização adaptou isto para o problema da relação entre porta de entrada na carreira e representatividade social das bancadas: quanto maior a força da via estatal sobre o *start* da carreira (entendida no nível agregado da bancada), menor a permeabilidade social dos partidos políticos, o que pôde ser confirmado com sucesso.

Há ainda quatro conclusões complementares ao achado mais geral: i) a alteração dos cargos públicos para os partidos políticos como porta de entrada para a carreira política foi glacial, isto é, lenta, contínua e sem sobressaltos. É possível apontar para a premência do partido como antessala da carreira política na média da maioria significativa dos partidos no atual ciclo democrático, invertendo o padrão dominante na democracia

de 1946; ii) em face da inexistência ou da incipiência dos partidos para o lançamento de lideranças até meados dos anos 1980, essa alteração de longo prazo pode mitigar um pouco o pessimismo sobre a relação dos partidos com a classe política e sobre os *outputs* da experiência político-partidária (acidentada, é verdade) no nível macroistórico e sistêmico; iii) essa constatação permite confirmar o rendimento da análise longitudinal da elite e do seus condicionantes sistêmicos e organizacionais (sistemas partidários e os partidos) e institucionais (regras eleitorais, formação das listas, financiamento, embora não sejam aqui abordados); iv) essa última constatação aponta para a relevância de se investigar os processos de recrutamento partidário *stricto sensu*, abarcando entrada de lideranças (Peres & Machado, 2017) até a seleção dos candidatos (Bolognesi, 2013; M. do S. S. Braga & Amaral, 2013).

5. Referências

- Amaral, O. (2011). Ainda conectado: o PT e seus vínculos com a sociedade. *Opinião Pública*, 17(1), 1–44. <http://doi.org/10.1590/S0104-62762011000100001>
- Avritzer, L. (2012). Sociedade civil e Estado no Brasil: da autonomia à interdependência política. *Opinião Pública*, 18(2), 383–398. <http://doi.org/10.1590/S0104-62762012000200006>
- Bolognesi, B. (2013). A seleção de candidaturas no DEM, PMDB, PSDB e PT nas eleições legislativas federais brasileiras de 2010: percepções dos candidatos sobre a formação das listas. *Revista de Sociologia e Política*, 21(46), 45–68. <http://doi.org/10.1590/S0104-44782013000200004>
- Borchert, J., & Zeiss, J. (2005). The political class in advanced democracies: A comparative handbook. *The Political Class in Advanced Democracies: A Comparative Handbook*, 1–440. <http://doi.org/10.1093/0199260362.001.0001>
- Braga, M. do S. S., & Amaral, O. E. do. (2013). Implicações do processo de seleção de candidatos na competição partidária: o caso brasileiro. *Revista de Sociologia e Política*, 21(46), 33–43. <http://doi.org/10.1590/S0104-44782013000200003>
- Braga, S. S. (1998). *Quem foi quem na Constituinte de 1946: um perfil socioeconômico e regional da Constituinte de 1946*. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações.

- Carvalho, J. M. de. (2003). *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Codato, A. (2008). *Elites e instituições no Brasil: uma análise contextual do Estado Novo*. Universidade Estadual de Campinas.
- Codato, A., Costa, L. D., Massimo, L., & Heinz, F. (2016). Regime político e recrutamento parlamentar: um retrato coletivo dos senadores brasileiros antes e depois da ditadura. *Revista de Sociologia e Política*, 24(60), 47–68.
<http://doi.org/10.1590/1678-987316246005>
- Codato, A., Ferreira, A. P. L., & Costa, L. D. (2015). Do serviço público à Câmara dos Deputados: os parlamentares originários do funcionalismo público no Brasil. *Revista Do Serviço Público*, 66(4), 605. <http://doi.org/10.21874/rsp.v66i4.615>
- Costa, L. D., & Codato, A. (2013). Profissionalização ou popularização da classe política brasileira? Um perfil dos senadores da República. In A. Marengo dos Santos (Ed.), *Os eleitos: representação e carreiras políticas em democracias* (pp. 107–134). Porto Alegre: UFRGS.
- D'araújo, M. C. S. (2009). *A elite dirigente do governo Lula*. Rio de Janeiro: CPDOC.
- Di Tella, T. S. (1998). *Los partidos políticos: teoría y análisis comparativo*. Buenos Aires: A-Z editora.
- Duverger, M. (1987). *Os partidos políticos*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara.
- Fleischer, D. (1971). *O recrutamento político em Minas Gerais, 1890-1918*. RBEP-UFMG. RBEP-UFMG.
- Fleischer, D. V. (1981). O Pluripartidarismo No Brasil: Dimensões Socio-Econômicas e Regionais do Recrutamento Legislativo, 1967-1967. *Revista de Ciência Política*, 24(1), 49–75.
- Katz, R. S., & Mair, P. (1995). Changing Models of Party Organization and Party Democracy. *Party Politics*, 1(1), 5–28.
<http://doi.org/10.1177/1354068895001001001>
- Kirchheimer, O. (2012). A transformação dos sistemas partidários da Europa Ocidental. *Revista Brasileira de Ciência Política*, (7), 349–385. <http://doi.org/10.1590/S0103->

33522012000100014

- Krouwel, A. (2003). Otto Kirchheimer and the catch-all party. *West European Politics*, 26(2), 23–40. <http://doi.org/10.1080/01402380512331341091>
- Laakso, M., & Taagepera, R. (1979). “Effective” Number of Parties: a measure with application to West Europe. *Comparative Political Studies*, 12(1), 3–27. <http://doi.org/10.1177/001041407901200101>
- Lamounier, B., & Meneguello, R. (1986). *Partidos políticos e consolidação democrática: o caso brasileiro*. São Paulo: Brasiliense.
- Lavalle, A. G., & Szwako, J. (2015). Sociedade civil, Estado e autonomia: argumentos, contra-argumentos e avanços no debate. *Opinião Pública*, 21(1), 157–187. <http://doi.org/10.1590/1807-0191211157>
- Love, J. L., & Berickman, B. J. (2006). Elites regionais. In F. Heinz (Ed.), *Por outra história das elites* (p. 224). Rio de Janeiro: FGV.
- Madeira, R. M. (2006). *Vinhos antigos em novas garrafas: a influência de ex-arenistas e ex-emedebistas na formação do multipartidarismo brasileiro*. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- Mainwaring, S. P. (1999). *Rethinking Party Systems in the Third Wave of Democratization. The Case Of Brazil*. Stanford: Stanford University Press.
- Marengo dos Santos, A. (2000). *Não se fazem mais oligarquias como antigamente: recrutamento parlamentar, experiência política e vínculos partidários entre deputados brasileiros (1946-1998)*. Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, Porto Alegre - RS.
- Melhem, C. S. (1998). *Política de botinas amarelas: o MDB-PMDB paulista de 1965 a 1988*. São Paulo: Hucitec/DCP-USP.
- Meneguello, R. (1989). *PT: a formação de um partido, 1979-1982*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Miceli, S. (1991). Carne e osso da elite política brasileira pós-1930. In B. Fausto (Ed.), *História geral da civilização brasileira* (pp. 557–597). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

- Michels, R. (1982). *Sociologia dos partidos políticos*. Brasília: UnB.
- Mucinhato, R. M. D. (2014). Quem são os deputados brasileiros? Um balanço do perfil biográfico de 1986 a 2012. In J. Á. Moisés (Ed.), *O Congresso Nacional, os partidos políticos e o sistema de integridade : representação, participação e controle interinstitucional no Brasil contemporâneo* (pp. 61–88). Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung.
- Panebianco, A. (2005). *Modelos de partido: organização e poder nos partidos políticos*. São Paulo: Martins Fontes.
- Pasquarelli, B., & Bizzarro Neto, F. A. (2012). *O PMDB no centro do sistema político brasileiro (1986-2010)*. Gramado RS.
- Pedersen, M. N. (2000). The Incremental Transformation of the Danish Legislative Elite: The Party System as Prime Mover. In H. Best & M. Cotta (Eds.), *Parliamentary Representatives in Europe 1848-2000. Legislative Recruitment and Careers in Eleven European Countries* (pp. 29–49). Oxford: Oxford University Press.
- Peres, P., & Machado, A. (2017). Uma tipologia do recrutamento partidário. *Opinião Pública*, 23(1), 126–167. <http://doi.org/10.1590/1807-01912017231126>
- Ribeiro, P. J. F. (2008). *Dos sindicatos ao governo: a organização nacional do PT de 1980 a 2005*. Universidade Federal de São Carlos.
- Rodrigues, L. M. (1990). A composição social das lideranças do PT. In *Partidos e sindicatos: escritos de sociologia política*. São Paulo: Ática.
- Rodrigues, L. M. (2006). *Mudanças na classe política brasileira*. São Paulo: PubliFolha.
- Sales, J. R. (2008). Entre a revolução e a institucionalização: a participação eleitoral do PC do B na história recente do Brasil. *Estudos Históricos (Rio de Janeiro)*, 21(42), 241–260. <http://doi.org/10.1590/S0103-21862008000200007>
- Santos, W. G. dos. (1992). Fronteiras do Estado mínimo: indicações sobre o híbrido institucional brasileiro. In J. P. dos R. Velloso (Ed.), *O Brasil e as reformas políticas* (pp. 49–94). Rio de Janeiro: José Olympio.

- Santos, F. (2000). Deputados federais e instituições legislativas no Brasil: 1946-99. In R. Boschi, E. Diniz, & F. Santos (Eds.), *Elites políticas e econômicas no Brasil contemporâneo* (pp. 89–117). São Paulo: Fundação Konder-Adenauer.
- Sartori, G. (1972). Da sociologia da política à sociologia política. In S. M. Lipset (Ed.), *Política e ciências sociais*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Schmitt, R. (2005). *Partidos políticos no Brasil (1945-2000)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- Shefter, M. (1994). *Political parties and the state. The American historical experience*. Princeton: Princeton University Press.
- Soares, G. A. D. (1973). *Sociedade e política no Brasil*. São Paulo: Difel.
- Soares, G. A. D. (1982). A política brasileira: novos partidos e velhos conflitos. In D. Fleischer (Ed.), *Da distensão à abertura: as eleições de 1982* (pp. 91–118). Brasília: Editora da UnB.
- Souza, M. do C. C. de. (1983). *Estado e partidos políticos no Brasil (1930-1964)*. São Paulo: Alfa-Omega.